



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0013168-69.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumário - Leve**
 Documento de Origem: **IP - 424/2013 - Delegacia da Defesa da Mulher de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Declarante (Passivo): **Alex Fernando Antonio**
 Vítima: **Roseli Luzia da Silva**

Aos 01 de julho de 2014, às 16:00h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu o Promotor de Justiça, **Drº Rafael Amâncio Briozo – Promotor de Justiça Substituto**. Presente o réu Alex Fernando Antonio, acompanhado de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foi ouvida a vítima e interrogado o réu. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao Drº PROMOTOR:**“MM. Juiz: ALEX FERNANDO ANTONIO, qualificado as fls.10, foi denunciado como incurso no artigo 129, §9º, do CP, porque em 07.05.2013, por volta de 13h00, na Rua Monsenhor Romeu Tortoreli, nº 554, Jardim Munique, nesta cidade e Comarca, prevalecendo-se de relações domésticas e familiares contra a mulher na forma da Lei nº 11.340/06, ofendeu a integridade corporal de sua companheira Roseli Luzia da Silva, causando-lhe as lesões corporais de natureza leve, conforme laudo juntado as fls.08. A denúncia foi recebida em 12.08.2013 (fls.19). O réu foi citado as fls.28 e apresentou resposta a acusação as fls.28. Nesta oportunidade foi ouvida a vítima e ao final interrogado o réu. É o breve relatório. Encerrada a instrução, a ação penal deve ser julgada improcedente. Ouvida em juízo, a vítima narrou que no dia dos fatos envolveu-se numa discussão com o réu e que se agrediram mutuamente. Segundo ela, tratou-se de fato isolado, que não mais de repetiu. Diante deste contexto, não é possível afirmar, com certeza necessária para a condenação, que o réu a tenha agredido, ou tenha apenas se defendido da agressão dela, pelo que requeiro a sua absolvição. **Dada a palavra a DEFESA:**“MM. Juiz: MM. Juiz: em comum com o Ministério Público pela absolvição do réu, observando a falta de provas em juízo e a regra contida no artigo 155 do CPP. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:**“ALEX FERNANDO ANTONIO, qualificado as fls.10, foi denunciado como incurso no artigo 129, §9º, do CP, porque em 07.05.2013, por volta de 13h00, na Rua Monsenhor Romeu Tortoreli, nº 554, Jardim Munique, nesta cidade e Comarca,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

prevalecendo-se de relações domésticas e familiares contra a mulher na forma da Lei nº 11.340/06, ofendeu a integridade corporal de sua companheira Roseli Luzia da Silva, causando-lhe as lesões corporais de natureza leve, conforme laudo juntado as fls.08. Recebida a denúncia (fls.19), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.39). Nesta audiência foi ouvida a vítima e interrogado o réu. Nas alegações finais as partes pediram a absolvição. **É o relatório. Decido.** Como bem observado pelo Ministério Público, *“ouvida em juízo, a vítima narrou que no dia dos fatos envolveu-se numa discussão com o réu e que se agrediram mutuamente. Segundo ela, tratou-se de fato isolado, que não mais de repetiu. Diante deste contexto, não é possível afirmar, com certeza necessária para a condenação, que o réu a tenha agredido ou tenha apenas se defendido da agressão dela, pelo que requeiro a sua absolvição”*. Embora exista lesão comprovada (fls.08), não se sabe bem se o réu agiu ou não em legítima defesa e, na dúvida, a absolvição é de rigor. Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** a ação e **absolvo** Alex Fernando Antonio com fundamento no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal. Transitada em julgado, ao arquivo.Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, CARLOS ANDRE GARBUGLIO, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotor:

Defensor Público:

Réu: